



## **Jornadas de Junho: Análise da cobertura do telejornal Repórter Brasil<sup>1</sup>**

Juliana MAGALHÃES<sup>2</sup>

Gislene MOREIRA<sup>3</sup>

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

### **Resumo**

Qual o papel do telejornalismo público diante de grandes manifestações que envolvem milhares de brasileiros e abalam o cenário político e social do país? Qual o potencial da comunicação pública em uma nação onde os meios de comunicação estão cada vez mais tendo sua credibilidade posta em xeque pela população? Provocado por estas e outras questões, este artigo investiga qual o enquadramento noticioso dado às Jornadas de Junho pela televisão pública brasileira, a TV Brasil. Para tal, utilizamos as metodologias de análise de conteúdo, análise do discurso e enquadramento, e analisamos a cobertura realizada pelo Repórter Brasil, principal telejornal da emissora.

**Palavras-chave:** análise de conteúdo; análise do discurso; enquadramento; Jornadas de Junho; telejornalismo público.

### **Introdução**

Cartazes com frases “O Gigante Acordou”, “Me chama de copa e investe em mim”, “O povo não é bobo, abaixo a Rede globo”, “Não são só 20 centavos”, “Sai do facebook e #vemprarua” tomaram conta das ruas do Brasil no mês de junho de 2013. O país, que até então, passava uma imagem de próspero, servindo de exemplo internacional – com a derrubada da inflação, diminuição de pessoas em situação de pobreza extrema e ascensão da classe média – passou a ser pautado pela falta e precariedade de serviços públicos essenciais, como o transporte popular, saúde e educação.

Os protestos, que tiveram como motim o aumento das passagens do transporte coletivo (ônibus, trem e metrô) na cidade de São Paulo (SP) de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, agendaram os meios de comunicação do país, e ganharam repercussão internacional,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ – 01 Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Estudante do 5º período de graduação em Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios, pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [jmm.lopess@hotmail.com](mailto:jmm.lopess@hotmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do curso de Comunicação Social – Jornalismo em Múltiplos Meios, pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [gislene.moreira@flacso.edu.mx](mailto:gislene.moreira@flacso.edu.mx)



disputando holofotes com a Copa das Confederações, evento produzido pela Federação Internacional do Futebol (FIFA), que acontecia no mesmo período no Brasil.

Além de serviços públicos, foi reivindicado também o modelo de comunicação vigente e os oligopólios da mídia<sup>4</sup>. Acusada por manifestantes e espectadores de criminalizar e reprimir os protestos, a grande mídia teve carros de reportagens queimados e repórteres impedidos de trabalhar. Jornalistas da Rede Globo, por exemplo, passaram a não utilizar a canopla da emissora durante as reportagens e a acompanhar os protestos através de helicópteros e fachadas de prédios. Nesse cenário, o midiativismo obteve destaque, a exemplo da Mídia NINJA<sup>5</sup> (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) que transmitia os protestos em tempo real pela internet, sem edições.

A partir desse contexto, o presente trabalho busca investigar qual foi o papel do telejornalismo público durante as Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas as manifestações. Para tal, analisamos a cobertura feita pelo Repórter Brasil, edição Noite, que ocupa o horário nobre da TV Brasil. Fazem parte do nosso corpus de pesquisa as edições dos dias 13 a 20 de junho de 2013, período que as manifestações cresceram e ganharam proporção nacional.

Para execução da análise aplicamos as metodologias de análise do discurso, análise de conteúdo e enquadramento, através de autores como Benetti (2008), Traquina (2007), Wolf (2008) e Herscovitz (2008). E, para nos aprofundarmos sobre as Jornadas de Junho, utilizamos como referencial o livro *Cidades Rebeldes* (2013), que faz uma análise das manifestações através de textos de Slavoj Žižek, Venício A. de Lima, e David Harvey.

## **Metodologia**

---

<sup>4</sup> O texto de Bruno Marinoni, disponível no site do Observatório do Direito a Comunicação, relata alguns protestos que aconteceram no final de junho de 2013 em defesa da democratização da comunicação. [www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=9726](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=9726)

<sup>5</sup> Página da Mídia Ninja no facebook: [www.facebook.com/midiaNINJA?fref=ts](https://www.facebook.com/midiaNINJA?fref=ts)



Ao contrário do que afirma a “teoria do espelho”, esta pesquisa parte do conceito de que o jornalismo não é o retrato da realidade. As notícias são construções sociais que sofrem interferências de múltiplos fatores durante o processo de produção. Desde a linha editorial do veículo de comunicação, passando pelo *gatekeeper* – o “porteiro” que permite a entrada de notícias ou as interrompe na redação –, pelos valores-notícia e o repertório sociocultural do jornalista, às fontes consultadas e apuração do fato até a finalização da matéria jornalística, há um processo contínuo de mútua interferência sobre a construção de sentidos de uma determinada realidade.

As notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre os agentes sociais: jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional* dentro e fora da sua organização (TRAQUINA, 2005, p. 173).

Tuchmann *apud* Gonçalves (2005, p. 3) compara as notícias como “uma janela para o mundo que pretendem dar-nos aquilo que queremos saber, necessitamos de saber e devemos saber”. Essa janela é um recorte de determinada realidade, e a forma como e como as mensagens são organizadas dentro dela é chamada de enquadramento.

Os enquadramentos são princípios de selecção, ênfase, e de apresentação compostos por pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que ocorre e o que é relevante. (...) Os enquadramentos mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual (GITLIN *apud* GONÇALVES, 2008, p. 4).

Para Benetti (2008, p. 107) o jornalismo é compreendido como um lugar de circulação e produção de sentidos, constituindo discursos dialógicos, polifônicos, opacos, e fruto das condições de produção. Descobrir qual foi o discurso do telejornal Repórter Brasil durante as manifestações de junho é um dos objetivos deste trabalho. Para isso, utilizamos também algumas técnicas da Análise do Discurso, como o mapeamento de vozes e a identificação dos sentidos, para sabermos a quem é dado o direito à voz nas matérias analisadas e quais sentidos são construídos através delas.

A intersubjetividade nos obriga a refutar a visão ingênua de que o discurso poderia conter uma verdade intrínseca ou uma literalidade. [...] o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo *direcione* a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer (BENETTI, 2008, p.108).

Para investigar os sentidos de um determinado discurso jornalístico, a Análise do Discurso propõe, em primeiro lugar, visualizar a estrutura de um texto, compreendendo que ele “é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que se inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2008, p. 111). Depois, são identificadas as unidades de formações discursivas e analisadas seus principais sentidos dentro e fora do texto. Há também a preocupação com o discurso que não está explícito, o não dito – o que está silenciado – tem tanta importância quanto o que está dito.

Em relação ao mapeamento de vozes, o discurso jornalístico deveria ser idealmente polifônico, contemplando uma pluralidade de locutores e enunciadores. Um exemplo de uma matéria polifônica é aquela que apresenta diversos pontos de vista. Ducrot *apud* Benetti (2008, p. 117) propõe uma diferenciação entre locutor e enunciador. O locutor é sujeito que fala e que pode ser considerado como responsável no momento do enunciado; já o enunciador é a pessoa cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos. Em uma reportagem, por exemplo, suponhamos que o jornalista ouviu três fontes. Se todas as fontes enunciarem sob as mesmas perspectivas e interesses, podemos dizer que todas elas configuram um mesmo enunciador, e este não é um discurso polifônico. Logo, a quantidade de locutores não é a mesma que a de enunciadores.

Já na Análise de Conteúdo, que segundo Herscovitz (2008, p. 123) “serve para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações”, utilizamos a relação entre a análise qualitativa e quantitativa, atentando para a “frequência com que situações, pessoas e lugares aparecem na mídia”.

A partir da junção das três metodologias apresentadas, elaboramos um questionário para ser aplicado em cada matéria do corpus da pesquisa:



Edição/ Data:

Título da Matéria:

1. Qual o tipo da matéria?
2. Qual o tempo de cada matéria?
3. Quais são as fontes ouvidas?
4. Qual o espaço dado às fontes (tempo)?
5. As fontes apresentam posições divergentes?
6. A matéria posiciona as manifestações num campo de sentido negativo, positivo, equilibrado ou não é possível perceber?
7. Foram usados termos negativos em referência as manifestações? Quais?
8. São usados adjetivos? Quais?
9. A matéria cita atos violentos? Os manifestantes são vítimas ou atores?

Para além do questionário foram analisadas também as imagens utilizadas nas produções. As imagens complementam as narrativas telejornalísticas e ajudam a compor os sentidos e representações de uma notícia.

### **Jornadas de Junho**

No dia 2 de junho de 2013 o valor das tarifas de transporte coletivo em São Paulo sofreu um reajuste de 6,67%, o que representou um aumento de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. No dia seguinte, o Movimento Passe Livre (MPL) – que teve seu embrião formado na Revolta do Buzu no ano de 2003, em Salvador (BA); e na Revolta da Catraca em 2004, na cidade de Florianópolis (SC) – organizou o primeiro ato contra o aumento das passagens. Nos dias 6, 7 e 11 também houveram manifestações organizadas pelo movimento que reunia cerca de duas mil pessoas. No dia 13 de junho, o movimento e a pauta passaram a repercutir em decorrência da repressão policial a manifestantes e a imprensa, registradas no protesto dessa data. Sete repórteres foram atingidos por balas de borracha e mais de 200 militantes foram presos.

A partir de então, o movimento passou a contar com mais adeptos e a se espalhar pelo país, e o MPL já não estava mais a frente das manifestações. O que se enxergava nas ruas era um movimento composto por jovens – a maioria vivenciando suas primeiras experiências em grandes reivindicações, pois desde 1992 não havia



protestos amplos e generalizados – aparentemente de classe média, sem lideranças personalizadas. Segundo dados de Secco (2013), o auge dos protestos foi no dia 20 de junho, com três milhões de manifestantes nas ruas em mais de 140 cidades brasileiras. O autor aponta ainda que nesse dia o movimento sofreu uma mudança ideológica, passando de partidário para antipartidário, quando grupos de manifestantes agrediram verbal e fisicamente integrantes de partidos políticos presentes nas manifestações.

Com a expansão do movimento as pautas de reivindicações também foram ampliadas. Os manifestantes reivindicavam por saúde e educação de qualidade, contra a corrupção e a PEC 37 – Proposta de Emenda Constitucional que limitaria o poder de investigação criminal às polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP) -, a grande mídia, e a Copa das Confederações e do Mundo realizadas pela FIFA no Brasil. Em relação ao transporte coletivo, o movimento conseguiu a redução das tarifas em mais de 100 municípios.

As Jornadas de Junho apresentaram familiaridade com revoltas recentes que aconteceram no mundo árabe – Egito, Tunísia e Líbia – e na Europa; todas elas disseminadas pelas redes sociais (LIMA, 2013).

### **TV Brasil e o telejornalismo público**

A essência do jornalismo está na prestação de serviço à população, oferecer informação plural e de qualidade para contribuir com o exercício da cidadania. Em tese, todo telejornal, oriundo de empresas públicas ou privadas, deveriam atender as especificações da Constituição Brasileira, que proferem que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promover a cultura nacional e regional e estimular à produção independente; e regionalizar sua produção cultural, artística e jornalística.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> O Art. 221 da Constituição determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.



Na prática, o cenário nos apresenta grandes conglomerados de mídia<sup>7</sup> – comandados por nove famílias – que monopolizam as concessões de radiodifusão no país. Logo, a regionalização e a pluralidade de conteúdo não são promovidas por estas empresas, que propagam discursos hegemônicos sempre em busca de fins lucrativos. Uma pesquisa<sup>8</sup> realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2013, mostra que 43% da população afirma não se reconhecer na telinha e 25% sente que são retratados com negatividade. Mais da metade avalia ainda, que a tevê costuma tratar mulheres, negros e nordestinos com desrespeito, e 61% acredita que os empresários têm mais espaço do que os trabalhadores.

Como alternativa, surge em 2007, fruto de um movimento coletivo que envolveu comunicadores, jornalistas, acadêmicos, e dirigentes de emissoras de rádio e televisão não comerciais, a televisão pública brasileira. A TV Brasil, ligada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela TVE do Rio de Janeiro. Segundo o que consta no site da empresa, a emissora desempenha o papel de uma televisão pública – atender aos interesses do cidadão – e não de uma TV governamental, que difunde informações com o ponto de vista do governo.

A TV Brasil, por meio da Rede Pública de Televisão - associação entre a EBC e emissoras educativas culturais de diferentes estados – está presente em 1.781 cidades brasileiras. Na sua programação 33,71% corresponde a produção própria; 3,22%, coprodução; 30,76%, licenciamento; e 33,31% são resultantes de parcerias. Mesmo estando presente em 23 estados, além do Distrito Federal, a emissora não tem uma audiência consolidada, não conseguindo alcançar 1 ponto no Ibope<sup>9</sup>. Seu principal público é o infantil, para quem dedica seis horas diárias na sua grade.

O nosso objeto de estudo, o telejornal Repórter Brasil, tem duas edições, o Tarde veiculado das 12 às 12h30, e o Noite, das 21h às 22h. Ele é o telejornal de maior destaque da emissora, ocupando o maior espaço de tempo e o horário nobre da TV. Para

---

<sup>7</sup> O projeto “Donos da Mídia” reúne dados e informações sobre os grupos de comunicação do Brasil. No site [www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br) podem ser consultados o número de veículos, proprietários, e grupos responsáveis pela comunicação no país.

<sup>8</sup> A pesquisa foi realizada no período de 20 de abril a 6 de maio de 2013, e ouviu 2.400 pessoas acima dos 16 anos, que vivem em áreas urbanas e rurais de 120 municípios distribuídos nas cinco regiões do Brasil.

<sup>9</sup> Divulgada no Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2013/05/1282533-cinco-anos-depois-de-criada-tv-brasil-continua-com-audiencia-proxima-a-zero.shtml>



estimular a interatividade com a sociedade, o programa apresenta dois quadros diferenciais: Outro olhar, espaço que reproduz conteúdo informativo produzido pela população de diversas regiões; e A Pergunta do Dia, momento em que o telespectador dá a sua opinião sobre o debate diário promovido pelo telejornal.

## **Análise**

Durante os dias 13 e 20 de junho de 2013 o telejornal Repórter Brasil produziu 64 matérias, de variados gêneros jornalísticos, sobre as Jornadas de Junho. Foram 39 reportagens, 18 stands up, 9 notas cobertas, 6 entrevistas e 3 notas secas. É importante ressaltar que em algumas matérias ocorreram a presença de mais de um gênero. O número relevante de stands up, revela que o telejornal estava acompanhando as manifestações, e não tinha tempo para edições de reportagens. As entrevistas, por sua vez, mostram algo diferenciado dos padrões dos telejornais comerciais: um tempo dedicado a um especialista para debater determinado assunto.

Em relação às fontes, foram ouvidas 137 – consideramos também citações indiretas. Destas, 53 eram manifestantes; 40, cidadãos; 29, representantes da Polícia e dos governos (federal, estaduais e municipais); e 11, especialistas. Os últimos ocuparam o maior tempo no telejornal, 29 minutos. Em seguida, os manifestantes foram os que mais tiveram direito a voz, com 10min30s. Os representantes do governo tiveram quase o mesmo equivalente com 10min11s. Já os cidadãos ocuparam 6 minutos e 47 segundos.

Foram entrevistados vários “tipos” de manifestantes, desde os líderes do movimento a jovens e adultos que protestavam pela primeira vez. O tempo relativamente grande dedicado aos especialistas reflete a preocupação do telejornal de tentar explicar ou pelo menos tentar melhorar a compreensão do telespectador sobre o momento histórico que estava sendo vivenciado. Dois historiadores, um cientista político, um pesquisador de redes sociais, a coordenadora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, e uma socióloga foram convidados para debater as Jornadas de Junho.



A opinião do cidadão brasileiro está presente na cobertura do Repórter Brasil. Além de serem fontes de algumas reportagens, nas edições dos dias 18, 19 e 20 o quadro “Pergunta do Dia” é exclusivamente sobre as manifestações. Foram feitas as seguintes perguntas, respectivamente: “Para você o que significam essas manifestações?”, “Como você avalia os casos de vandalismo nas manifestações?” e “O que foi positivo e negativo nessas manifestações?”. As respostas foram oriundas das ruas e das redes sociais.

Em 25 reportagens foram ouvidas mais de uma fonte. Destas, encontramos fontes com posições e interesses divergentes em 16. Observamos que devido à extensa cobertura, as reportagens eram divididas por temas. Por exemplo, uma reportagem do dia 18 de junho se dedica a falar sobre o que a Presidenta da República tem a dizer sobre as manifestações. Como fontes, nessa matéria têm a própria presidenta, a Secretária Geral da Presidência, e a Casa Civil. Nessa notícia temos somente um enunciador, mas no contexto da edição do telejornal daquele dia vamos encontrar vários enunciadores, e portanto um discurso polifônico.

Avaliamos também que 36 matérias ocupam o campo de sentido equilibrado. No restante, 7 foram consideradas negativas, 8 positivas, e em 4 não conseguimos identificar. Consideramos equilibradas quando não foi possível diferenciar um peso maior para as evidências negativas ou positivas. Nessas matérias existem posicionamentos, mas eles ocupam polos diversos, por exemplo, em uma reportagem do dia 20 de junho sobre a redução do valor das passagens em Belo Horizonte (MG), na qual o repórter afirma que “o vandalismo entristeceu a população, mas o movimento pacífico trouxe esperança”. Em outra reportagem, sobre o protesto do dia 19 de junho que parou a ponte Rio-Niterói (RJ), depois de mostrar imagens de conflitos entre manifestantes e policiais, e citar uma minoria como autores de atos de violência, o repórter afirma que os demais manifestantes “deram aula de cidadania”.

Em relação aos termos negativos e adjetivos, levamos em consideração apenas aqueles proferidos por repórteres e não pelas fontes. 47% das matérias apresentaram termos negativos, os mais comuns foram “tumulto”, “destruição”, “invasão”, “conflitos”, “confrontos” “vandalismo” e “cenário de guerra”. Quanto aos adjetivos, estavam presentes em 38% da produção. O adjetivo mais usado foi “pacífico”, em segundo lugar aparece “tranquilo”. Cenas e atos de violência aparecem em 31 matérias,

destas, em 22 os manifestantes são autores e em 12, vítimas. Há casos em que em uma mesma reportagem os manifestantes aparecem como vítimas e autores. O termo pacífico é utilizado até em matérias que citam manifestantes como autores de atos violentos. Os repórteres frisavam sempre que foi uma “minoria” que cometeu essas ações. Nas notícias não foram exploradas muitas imagens de violência, por mais que elas fossem citadas. Imagens de pessoas manifestando pacificamente e expressando seus anseios predominam na cobertura.

Nas matérias do dia 13 de junho os manifestantes não foram ouvidos. Na primeira notícia dessa edição o destaque foi para o 4º dia de protestos em São Paulo (SP). O diferencial dessa produção foi a presença de infográficos utilizada para explicar o valor da passagem. Segundo a reportagem, o valor do aumento da passagem deveria ser menor se só seguisse a inflação, contestando a posição do governo de São Paulo. Observamos aqui que quem produziu a matéria teve o cuidado de investigar a pauta e não só reproduzir conteúdo.

Percebemos que a cobertura foi crescendo proporcionalmente com as manifestações. As Jornadas de Junho passaram a “agendar” os meios de comunicação de massa, e com o Repórter Brasil não foi diferente. A Copa das Confederações que estava acontecendo no mesmo período não obteve visibilidade no telejornal. Entretanto, as produções foram concentradas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

### **Considerações Finais**

Lima (2013) reconhece a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) para a “rebeldia urbana contemporânea” e ao mesmo tempo alerta que mesmo que os jovens “conectados” não se informem e não se expressem pela “velha mídia”, eles dependem dela para serem inseridos no espaço formador da opinião pública. A grande mídia ainda é responsável pela visibilidade – negativa ou positiva - de acontecimentos da nossa sociedade.

Uma televisão pública de qualidade, em termos estruturais e de conteúdo, pode ser o caminho para a abertura de novos espaços de debate público. Nesta pesquisa, dois pontos se sobressaem sobre a cobertura da TV Brasil: a opinião da sociedade e o debate.



Há uma preocupação com a interatividade e com o feedback dos espectadores. Detectamos que quem está em casa também expressa sua opinião e tem acesso a outros pontos de vista, como de especialistas e estudiosos de determinadas áreas. A TV Pública se permite explorar mais formatos e não só reproduzir padrões comerciais.

A pesquisa também demonstra que a TV Brasil cumpre seu papel de televisão pública e não governamental. O Governo e seus representantes – principal alvo dessas manifestações – ocupou a terceira colocação em nosso mapeamento de vozes. Os discursos analisados são polifônicos, o manifestante tem voz, o governo e os cidadãos também. 65% das matérias foram consideradas em um campo de sentido equilibrado.

Em relação às imagens das manifestações, concluímos que o Repórter Brasil as colocou em um campo de sentido positivo, sempre mostrando manifestantes entoando suas bandeiras e em cenas pacíficas. As imagens de violência não eram repetidas exaustivamente como em telejornais da grande mídia. Entretanto, observamos que a redação se contentou a reproduzir massivamente o mesmo discurso ambientado no senso comum, de que “uma minoria foi responsável pelo vandalismo” e não se aprofundou sobre quem é essa minoria e porque eles fazem isso, podendo oferecer outras compreensões ao público.

Esse trabalho nos anima a acreditar que uma alternativa de comunicação de massa pode ser construída através da televisão pública. A pesquisa demonstra que o telejornalismo da TV Brasil é capaz de abarcar certa pluralidade de vozes e que sabe conviver com movimentos sociais, sem criminalizá-los antecipadamente, tentando compreender como esses sujeitos e suas ações interferem na nossa sociedade. Todavia, percebemos a precariedade de uma emissora nacional, que tem produções concentradas apenas em três capitais e que em sete anos de existência apresenta quase zero de audiência. Esse quadro reflete o nosso sistema de comunicação ainda marcado pelo monopólio de grandes grupos midiáticos – que absorvem as maiores receitas publicitárias governamentais – e que concentram o debate e o modelo hegemônico de comunicação.

## **Referências Bibliográficas**



BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.107-122.

FONSÊCA, Daniel. Não dá para não ver: As mídias nas manifestações de Junho 2013. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2013.

HERSCOVITZ, Heloisa Golspan. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.123-142.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.abc.com.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/>. Acesso em 15.03.14.

GONÇALVES, Telmo. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. Caleidoscópio – Revista de Comunicação e Cultura. ULHT. Portugal, 2005. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268>. Acesso em: 02 de março de 2014.

JESUS, Rosane Martins. Posicionamento telejornalístico: o Jornal Nacional e o dilema entre a cobertura da Copa das Confederações e a cobertura das manifestações populares. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, Manaus – AM: 2013.

LIMA, Venício A.. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MOURÃO, Mônica. Vozes Silenciadas: A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. São Paulo, SP: Intervezes, 2011.

REVISTA FÓRUM. Uma cronologia das manifestações. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/09/uma-cronologia-das-manifestacoes/>. Acesso em 13.03.14.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Coleção Tinta Vermelha. São Paulo, SP: Boitempo, Carta Maior, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

ÚLTIMO SEGUNDO IG. Tarifas de ônibus, trem e Metrô vão subir para R\$ 3,20 em São Paulo em junho. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-05-22/tarifas-de-trem-e-metro-va-subir-r-020-em-sao-paulo-no-mes-de-junho.html>. Acesso em 15.03.14.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.